

Balanco Patrimonial

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.888	99
Aplicações financeiras	5	4.404	3.670
Contas a receber		7.018	66.803
Partes relacionadas	6a	1.367	62.509
Terceiros	6	5.651	4.294
Imposto e contribuições a recuperar	7	1.200	71
Estoques		624	597
Despesas antecipadas		69	49
Outros créditos		744	250
		15.947	71.539
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber		-	-
Partes relacionadas	6a	71.272	-
(-) Conta retificadora PROGÁS	2l	(71.272)	-
Depósitos Judiciais		21	-
Imposto e contribuições a recuperar	7	-	2.688
		21	2.688
Investimento		518	518
Imobilizado	8	1.922	1.675
Intangível	8	39.309	39.522
		41.749	41.715
Totais do Ativo		57.717	115.942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Circulante			
Fornecedores		7.111	67.723
Partes relacionadas	10	5.748	66.575
Terceiros	9	1.363	1.148
Salários e contribuições sociais		1.125	1.231
Impostos e contribuições a recolher		953	404
Dividendos a pagar	11(c.1)	543	902
Provisão para contingências	20	-	1.326
Outras contas a pagar		820	53
		10.552	71.639
Não Circulante			
Provisão para Contingências	20	1.666	-
Fornecedores		-	-
Partes relacionadas	10	71.272	-
(-) Conta retificadora PROGÁS	2l	(71.272)	-
Outras contas a pagar		16	22
		1.682	22
Patrimônio líquido			
Capital social	11a	38.371	37.896
Reservas de lucros		7.112	3.087
Reserva legal	11b	2.835	2.612
Reserva de incentivos fiscais	11b	2.056	475
Reservas de doações		591	-
Reserva de Retenção de Lucros	11c	1.630	-
Dividendos adicionais propostos		-	2.707
Reservas de Capital		-	591
		45.483	44.281
Totais do Passivo		57.717	115.942

Companhia Potiguar de Gás (Potigás)

Demonstração do Resultado

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional líquida	13	113.101	110.694
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	14	(96.612)	(95.515)
Lucro bruto		16.489	15.179
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	15	(9.410)	(9.818)
Tributárias		(324)	(368)
Resultado de outras receitas e despesas operacionais	17	(2.798)	262
Resultado financeiro	16	1.326	1.822
Receitas financeiras		1.428	1.876
Despesas financeiras		(102)	(54)
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações estatutárias		5.283	7.077
Imposto de renda e contribuição social		(2.887)	(2.778)
Lucro Líquido antes dos incentivos fiscais		2.396	4.299
Incentivos Fiscais		2.056	-
Lucro Líquido do exercício		4.452	4.299
Lucro Líquido por lote de mil ações (em R\$)		1,05	1,01

Quantidade de ações: 4.245.000 nos dois exercícios

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Posição acumulada até 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros				Dividendos adicionais propostos	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
			Doações	Legal	Incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 01 de janeiro de 2012	37.278	591		2.397	618		4.628	0	45.512
Lucro líquido do período								4.299	4.299
Aumento de capital	618				(618)		(4.628)		(4.628)
Destinações:									
Reserva legal				215				(215)	-
Reserva de incentivos fiscais					475			(475)	-
Reserva de doações									
Juros Sobre Capital Próprio									
Dividendos adicionais propostos							2.707	(2.707)	-
Distribuição de lucros								(902)	(902)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	37.896	591		2.612	475		2.707	0	44.281
Lucro líquido do período								4.452	4.452
Aumento de capital	475				(475)				-
Destinações:									
Reserva legal				223				(223)	-
Reserva de incentivos fiscais					2.056			(2.056)	-
Reserva de doações		(591)	591						-
Reserva de retenção de lucros						1.630		(1.630)	-
Juros Sobre Capital Próprio									-
Dividendos adicionais propostos									-
Distribuição de lucros							(2.707)	(543)	(3.250)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	38.371	0	591	2.835	2.056	1.630	0	0	45.483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (método indireto)

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro Líquido antes do imposto de renda e contribuição social		5.283	7.077
Ajustes para reconciliar o Lucro Líquido com o Caixa:			
Depreciação e amortização		5.849	5.424
Perdas líquidas nos recebimentos de créditos			(28)
Outros ajustes	7	2.688	-
Lucro Líquido Ajustado		13.820	12.473
Variações nos ativos e passivos:			
Diminuição (aumento) Contas a receber		(1.357)	(272)
Diminuição (aumento) Contas a receber - PROGÁS		71.272	-
Diminuição (aumento) Imposto e contribuições a recuperar		(1.129)	4
Diminuição (aumento) Estoques		(27)	(147)
Diminuição (aumento) Despesas antecipadas		(20)	(1)
Diminuição (aumento) Outras contas a receber		(494)	11
Aumento (diminuição) Fornecedores		215	(413)
Aumento (diminuição) Fornecedores - PROGÁS		(71.272)	-
Aumento (diminuição) Partes relacionadas		315	(769)
Aumento (diminuição) Imposto e contribuições a recolher		549	(3.241)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(831)	-
Aumento (diminuição) Salários e contribuições sociais		(106)	253
Aumento (diminuição) Provisão para contingência			1.326
Aumento (diminuição) Dividendos a pagar		(359)	-
Aumento (diminuição) Outras contas a pagar		767	(96)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		11.343	9.128
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao investimento		-	(518)
Adições ao intangível		(14.321)	(22.421)
Baixa do intangível		8.798	16.831
Adições ao imobilizado		(399)	(273)
Baixa do imobilizado		39	71
Depósitos Judiciais		(21)	-
Outras contas a pagar		(6)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(5.910)	(6.310)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de empréstimos		-	(657)
Dividendos a pagar		-	(944)
Juros s/ Capital Próprio		-	(599)
Dividendos pagos e propostos		(3.250)	(4.628)
Provisão para contingência		340	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(2.910)	(6.828)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		2.523	(4.010)
No fim do período		6.292	3.769
No início do período		3.769	7.779

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	31/12/2013		31/12/2012	
1 Receitas	167.027		156.734	
1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços	158.203		156.734	
1.2 Outras receitas	2.551		-	
1.3 Receitas relativas à construção de ativos próprios	6.181		-	
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Reversão/Constituição)	92		-	
2 Insumos adquiridos de terceiros	(127.932)		(92.802)	
2.1 Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(116.017)		-	
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.338)		(92.802)	
2.3 Perda / Recuperação de valores ativos	(2.688)		-	
2.4 Outras	(2.889)		-	
3 Valor adicionado bruto (1-2)	39.095		63.932	
4 Depreciação, amortização e exaustão	(5.883)		(5.424)	
5 Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	33.212		58.508	
6 Valor adicionado recebido em transferência	1.428		1.876	
6.1 Receitas financeiras	1.428		1.876	
7 Valor adicionado total a distribuir (5+6)	34.640		60.384	
8 Distribuição do valor adicionado	34.640		60.384	
8.1 Pessoal	5.961	17%	5.433	9%
8.1.1 Remuneração direta	5.090	15%	4.862	8%
8.1.2 Benefícios	505	1%	269	0%
8.1.3 F.G.T.S	366	1%	302	1%
8.2 Impostos, taxas e contribuições	23.591	68%	50.068	83%
8.2.1 Federais	8.056	23%	18.394	30%
8.2.2 Estaduais	15.524	45%	31.542	52%
8.2.3 Municipais	11	0%	132	0%
8.3 Remuneração de capitais de terceiros	636	2%	584	1%
8.3.1 Juros	102	1%	43	0%
8.3.2 Aluguéis	534	1%	541	1%
8.4 Remuneração de Capitais Próprios	4.452	13%	4.299	7%
8.4.1 Juros sobre o Capital Próprio	-	0%	-	0%
8.4.2 Dividendos	543	2%	902	1%
8.4.3 Lucros retidos	3.909	11%	3.397	6%
Valor adicionado distribuído	34.640	100%	60.384	100%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanco Social

Posição acumulada até 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	31/12/2013			31/12/2012		
1 - Base de Cálculo						
Receita líquida (RL)			113.101			110.694
Resultado operacional (RO)			4.452			4.299
Folha de pagamento bruta (FPB)			5.591			5.099
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre		Valor	% sobre	
		FPB	RL		FPB	RL
Alimentação	334	5,98%	0,30%	251	4,93%	0,23%
Encargos sociais compulsórios	1.522	27,23%	1,35%	1.406	27,58%	1,27%
Previdência privada	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde	139	2,49%	0,12%	109	2,13%	0,10%
Segurança e saúde no trabalho	10	0,19%	0,01%	16	0,32%	0,01%
Educação	34	0,60%	0,03%	89	1,75%	0,08%
Cultura	-	0,00%	0,00%	16	0,31%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	6	0,10%	0,01%	34	0,67%	0,03%
Creches ou auxílio-creche	3	0,06%	0,00%	6	0,11%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	125	2,24%	0,11%	200	3,93%	0,18%
Outros	28	0,51%	0,03%	21	0,42%	0,02%
Total - Indicadores sociais internos	2.203	39,40%	1,95%	2.149	42,14%	1,94%

	Valor	% sobre		Valor	% sobre	
		FPB	RL		FPB	RL
3 - Indicadores Sociais Externos						
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	10	0,18%	0,01%	18	0,35%	0,02%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	66	1,17%	0,06%	44	0,85%	0,04%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	6	0,11%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	75	1,35%	0,07%	67	1,31%	0,06%
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.111	55,64%	2,75%	3.086	60,52%	2,79%
Total - Indicadores sociais externos	3.186	56,99%	2,82%	3.153	61,84%	2,85%

	Valor	% sobre		Valor	% sobre	
		FPB	RL		FPB	RL
4 - Indicadores Ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	4.410	78,88%	3,90%	-	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	4.410	78,88%	3,90%	0	0,00%	0,00%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:

<input type="checkbox"/> não possui metas	<input checked="" type="checkbox"/> não possui metas
<input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50%	<input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50%
<input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75%	<input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75%
<input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	<input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%

	2013	METAS 2014
5 - Indicadores do Corpo Funcional		
Nº de empregados(as) ao final do período	50	53
Nº de admissões durante o período	10	3
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	6	6
Nº de estagiários(as)	10	10
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	2	3
Nº de mulheres que trabalham na empresa	12	12
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0	0
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	0	0
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0	0
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	2	2

	2013	METAS 2014
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	6	6
Número total de acidentes de trabalho	0	0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apóia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá <input type="checkbox"/> apoiará <input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 80 no Procon 0 na Justiça 0	na empresa 90 no Procon 0 na Justiça 0
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100% no Procon 0% na Justiça 0%	na empresa 100% no Procon 0% na Justiça 0%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2013: R\$ 34.641	Em 2012: R\$ 35.314
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	68% governo 17% colaboradores 13% acionistas 2% terceiros	71% governo 15% colaboradores 12% acionistas 2% terceiros

7 - Outras Informações

Em 2013 a Potigás continuou com seu programa de aprendizagem de jovens entre 18 e 24 anos em convênio com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE). Foi premiada no Prêmio Gestão CDL, evento promovido pela Petrobras, como a melhor distribuidora referente a Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS). A Companhia recebeu reclamações e críticas, dando tratamento adequado a todas elas, contudo está em fase de implantação do procedimento de tratamento de não conformidades e reclamações de clientes e que, a partir disto, procederá à elaboração de estatísticas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Potiguar de Gás - Potigás, sociedade anônima de capital fechado, é uma empresa de economia mista, controlada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual nº 6.502 de 26 de novembro de 1993, sendo constituída em 18 de julho de 1994, e tendo por objeto social a produção, processamento e execução, com exclusividade, dos serviços públicos de distribuição de gás no Estado do Rio Grande do Norte.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado do Rio Grande do Norte, conforme contrato de concessão assinado em 21 de dezembro de 1994.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as modificações introduzidas pela Lei nº 11.941/09 e pela Lei nº 11.638/07 que alteraram a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As referidas legislações e normas contábeis estabelecem diversas alterações sobre a elaboração das demonstrações financeiras, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. As alterações introduzidas pelas legislações e normas mencionadas que impactaram nas demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo relacionadas:

a) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

Na elaboração dos Fluxos de Caixa foram observadas as orientações da NBC TG 03 (R1) no que se refere à apresentação de informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa de uma entidade por meio de demonstração que classifique os fluxos de caixa do exercício por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras divulgadas ao final de cada período.

b) AJUSTE A VALOR PRESENTE (AVP)

No que se refere ao Ajuste a Valor Presente foi aplicada a NBC TG 12, que estabelece os requisitos básicos a serem observados quando da aplicação do ajuste a valor presente na mensuração de ativos e passivos, decorrentes de operações de longo prazo e operações relevantes de curto prazo, no momento inicial em que tais ativos e passivos são reconhecidos, bem como nos balanços subsequentes. Não foram necessários ajustes a valor presente de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2013.

c) CONTRATO DE CONCESSÃO

Reconhecida de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), o qual determina que as empresas Concessionárias de Serviços Públicos, registrem o contrato de concessão em suas demonstrações financeiras quando da ocorrência da seguinte situação: o Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços o Concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço. Desta forma, a Companhia reconheceu como intangível, em substituição ao Imobilizado relativo à construção de infraestrutura e aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás, o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás.

d) ATIVOS INTANGÍVEIS

Registrados com base na NBC TG 04 (R1), o qual define o tratamento contábil a ser dado aos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente por outros pronunciamentos. A companhia apresenta, em seu ativo intangível, os valores referentes a construção de infraestrutura e aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás.

e) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (VRA) - (Impairment)

Com relação ao VRA foi observado a NBC TG 01 (R1), que define procedimentos visando assegurar que os ativos da sociedade não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a sociedade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas, que pode ser revertida.

Através de estudos, foi demonstrado que o valor contábil líquido, do grupo Intangível apresenta capacidade de recuperação, pois, o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, ou seja, seu valor em uso é maior do que o seu valor contábil registrado.

O estudo que atestou a recuperabilidade dos ativos foi realizado tomando-se como base o ativo responsável pela geração de caixa, representado pelos bens necessários à prestação dos serviços de distribuição de gás. Bens estes pertencentes ao Poder Concedente e registrados no Ativo Intangível.

O estudo consistiu na elaboração de um fluxo de caixa projetado para o período de 2014 a 2023. O período estimado no fluxo de caixa foi determinado em virtude de o contrato de concessão reger, que a remuneração dos investimentos será através da agregação desses valores à tarifa utilizada na venda do gás natural por um período de dez anos.

Com base nas premissas estabelecidas acima, foi elaborado um fluxo de caixa para um prazo de dez anos e apurou-se o seu valor presente com uma taxa de desconto que remunera o Custo de Oportunidade do Capital de 11,19% a.a. O resultado desse estudo demonstrou que não há a necessidade de medidas de atualização contábil dos ativos da Potigás. A estimativa de fluxos de caixas futuros foi obtida a partir de projeções de entradas e de saídas de caixa em uma base consistente e razoável relacionada com o uso contínuo do ativo (unidade geradora de caixa), segundo orienta os itens 37 ao 51 da NBC TG 01 (R1). Considerando o que estabelece o item 42, da NBC TG 01 (R1), "Fluxos de caixa futuros devem ser estimados para o ativo em sua condição atual. (...)", a capacidade dos ativos da Potigás de gerar rendimentos (benefícios econômicos) líquidos foi obtida a partir dos resultados verificados de janeiro a novembro de 2013, através da média aritmética mensal simples das receitas, custos e despesas observadas nesse período, multiplicada por 12 (doze) meses. Após a análise das vendas pela Gerência Comercial sob a ótica das projeções do orçamento da companhia, foi procedido o ajuste dessas médias relativas a alguns clientes em particular, aos quais se projeta um consumo de gás natural não correspondente ao histórico analisado.

Assim, alcançou-se a razoabilidade dessas premissas, conforme orienta o item 32, da NBC TG 01 (R1), certificando que não há evidência de que as projeções relativas aos demais clientes que compõem o mercado consumidor do produto da companhia não sejam consistentes com os resultados reais do passado, por não haver a observação de circunstâncias que tornem essas projeções inadequadas. As estimativas de fluxos de caixa futuros para a Potigás foram projetadas a partir das características de despesas que melhor se enquadram aos requisitos estabelecidos e reflitam os gastos necessários para a atividade das unidades geradoras de caixa, em conformidade com o que preceitua os itens 37 e 39 da NBC TG 01 (R1).

f) SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

No que concerne as Subvenções e Assistências Governamentais, foi observado a NBC TG 07 (R1), a qual define o procedimento a ser aplicado na contabilização e na divulgação de subvenção governamental e na divulgação de outras formas de assistência governamental. Considerando o disposto na referida NBC TG, a companhia registrou os incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais recebidas diretamente no resultado do exercício pelo regime de competência.

g) DIVULGAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS

Para as Partes Relacionadas, foi observada a NBC TG 05 (R1), a qual estabelece que as demonstrações financeiras da entidade contenham as divulgações necessárias para evidenciar a possibilidade de que sua posição financeira e seu resultado possam ter sido afetados pela existência de transações e saldos com partes relacionadas.

A Sociedade mantém operações com partes relacionadas. A administração dessas operações é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Sociedade, através de sua administração, afirma não possuir partes relacionadas além das demonstradas nestas notas explicativas e demonstrações financeiras.

Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade, não ocorrendo diferenças relevantes entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras originadas dessas operações.

h) DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Potigás, conforme requerido pela legislação societária brasileira. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

i) PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Foi observada a NBC TG 25, a qual reconhece uma provisão em função de um evento passado que gera uma obrigação possível, estimada de maneira confiável e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade, mas provável que um recurso econômico seja exigido para liquidá-la.

j) RECEITAS

A Companhia observou a NBC TG 30 (R1) que trata do reconhecimento da receita, quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A Receita Líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

k) TRIBUTOS S/LUCRO

Reconhecidos de acordo com a NBC TG 32.

l) MUDANÇA DE POLÍTICAS CONTÁBEIS.

Neste exercício, a Diretoria Executiva da Potigás deliberou na reunião de DIREX nº 243/2016 pela retificação dos saldos acumulados registrados na conta Fornecedores PETROLEO BRASILEIRO S/A - GAS INCENTIVADO bem como, no Contas a receber ESTADO DO RN - GÁS INCENTIVADO, tendo em vista que em conformidade com a interpretação do Art. 13, I e II do Decreto Estadual nº 13.957 de 11/05/1998, a Potigás é mera repassadora do benefício concedido pelo Estado às Indústrias contempladas pelo PROGÁS, ao fornecer gás natural à preço subsidiado, e que as contrapartidas às retenções efetuadas pela Potigás nas faturas de compra de gás fornecido pela PETROBRAS, necessárias à execução do programa, devem ser compensadas diretamente pelo Estado do RN à PETROBRAS, sem transitar pela Potigás, sob a forma de descontos concedidos sobre o valor das licenças ambientais expedidas pelo IDEMA nos termos do Art. 55 §§ 1º a 4º da Lei complementar 272/2004.

Neste exercício, dada a natureza destas operações face aos prazos de realização, os saldos registrados nas contas supramencionadas foram transferidos, respectivamente, do passivo circulante para o passivo não circulante e do ativo circulante para o ativo não circulante, grupo realizável a longo prazo.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores há três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicação Financeira

Registrada pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações, apurado pelo critério pró-rata;

c) Contas a Receber

São valores registrados pelo valor nominal com base no regime de competência, ajustado ao valor presente quando aplicável;

d) Provisão para Perda com Créditos

Calculada para os créditos vencidos a mais de 180 dias e observando a legislação fiscal, art. 340 do Decreto 3.000/1999. Os valores são considerados suficientes para cobrir possíveis perdas na realização do Contas a Receber;

e) Estoques

Registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável;

f) imobilizado

O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear. Em virtude do ambiente em que estão operando a Companhia possui controles eficientes sobre os bens do ativo imobilizado, que possibilitam identificar as perdas e mudanças, se necessário e relevante, de estimativa de vida útil dos bens. A depreciação é calculada pelo método linear, as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil- econômica estimada dos bens.

g) intangível

O ativo intangível correspondente à atividade operacional da companhia tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor, sendo amortizados no prazo de 10 anos, conforme contrato de concessão;

h) diferido

É demonstrado ao custo de aplicação, deduzido da amortização acumulada;

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos e contribuições são calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data da elaboração das demonstrações, onde a provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável e acrescida do adicional de 10%, e a provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido é calculada à alíquota de 9%. A empresa se beneficia do direito à redução do Imposto de Renda calculado com base no Lucro da Exploração;

j) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência;

k) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias, deduzidos as provisões de perda e ajuste ao valor de mercado;

l) Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes

Estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos, quando aplicáveis, os encargos incorridos;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)
m) Ativos e Passivos Contingentes

Para a mensuração e o reconhecimento contábil de obrigações legais e de ativos e passivos decorrentes de contingências são observados os critérios definidos na legislação;

n) Estimativas contábeis e julgamento

São utilizadas para mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras da empresa. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos as estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; provisão para perda com créditos; provisão para perdas no estoque; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados; as considerações de reconhecimento.

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para desvalorização de estoques, impostos diferidos ativos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

o) Receitas e custos de construção

As receitas e os custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços públicos a partir da Interpretação Técnica ICPC 01(R1), foram reconhecidas conforme o NBC TG 30 (R1) - Receitas e NBC TG 17 (R1) - Receitas de Construção. E por tratar-se de técnica contábil, sem efeito no resultado, sua demonstração ocorrerá através da Nota Explicativa nº 17.

p) Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações anuais da Empresa são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades da Companhia não absorvidas nas atividades operacionais ou de investimentos são mantidas em aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras têm diversos vencimentos, podendo ser resgatadas a qualquer tempo. Os valores aplicados estão acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento dos períodos, conforme demonstrado:

Caixa e Equivalentes de caixa		
Contas	31/12/13	31/12/12
Disponibilidades	1.888	99
Aplicações Financeiras	4.404	3.670
TOTAL	6.292	3.769

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica registra as aplicações financeiras de curto prazo cuja data de liquidez pactuada entre a companhia e as instituições financeiras é superior a três meses e que por orientação das Resoluções CFC nºs 1.255/09, com as alterações dadas pela Resolução CFC nº 1.329/11 e 1.285/10, bem como pelas NBC TG's nºs 38, 39 e 40 (R1) não devem ser classificadas como Caixa e Equivalente de Caixas. Abaixo demonstramos as aplicações desta natureza:

Aplicações Financeiras		
Contas	31/12/13	31/12/12
Banco do Brasil S/A	3.315	2.065
Renda Fixa - BB	757	1.285
Banco Rural S/A - R. FIX/CDB	-	2
Caixa Econômica Federal	332	318
TOTAL	4.404	3.670

As aplicações financeiras têm diversos vencimentos, podendo ser resgatadas a qualquer tempo após a carência de 90 dias. Os valores aplicados estão acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento dos períodos.

6. CONTAS A RECEBER – CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE.

Referem-se a valores a receber em função da venda de Gás Natural Combustível (GNC) e Gás Natural Veicular (GNV):

GÁS INCENTIVADO - GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

O valor de R\$ 71.272 (2013) e R\$ 61.350 (2012) a receber do Governo do Estado do Rio Grande do Norte correspondem ao Gás Natural adquirido da Petrobras e fornecido a clientes como incentivo, em função da Lei Estadual nº 7.059 de 18 de setembro de 1997 e Decreto nº 13.957 de maio de 1998, e alterações posteriores. Este incentivo consiste na concessão de subsídio no preço de venda de gás às empresas enquadradas no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo do Gás Natural (PROGAS), por meio da aplicação da Lei Complementar Estadual nº 272, de 3 de março de 2004, de quantia equivalente à redução de 81% do valor das licenças ambientais devidas pela Petrobras a serem compensadas, previstas naquela Lei e outros recursos destinados ao PROGAS.

Nesse exercício, o saldo supracitado de 71.272, que estava classificado no Curto Prazo até 31/12/2012, foi reclassificado para o Longo Prazo face ao prazo de sua realização, bem como, foi retificado conforme decisão da Diretoria Executiva da Potigás segundo entendimentos descritos na letra I) da nota explicativa n.º 2. Em conformidade com a interpretação do Art. 13, I e II do Decreto Estadual nº 13.957 de 11/05/1998.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

COMPOSIÇÃO DO CONTAS A RECEBER.

	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012		
	GNC	GNV	TOTAL	GNC	GNV	TOTAL
A vencer	1.437	1.997	3.434	1.119	2.349	3.468
Até 22 dias	1.437	1.997	3.434	1.119	2.349	3.468
Vencidos	3.336	2.985	6.321	2.868	2.580	5.448
Até 30 dias	1.671	930	2.601	447	600	1.047
Até 60 dias	18	-	18	529	-	529
Até 90 dias	129	59	188	319	-	319
Até 120 dias	134	261	395	-	2	2
Até 150 dias	-	-	-	-	1	1
Até 180 dias	-	-	-	-	-	-
Mais de 180 dias	1.384	1.735	3.119	1.573	1.977	3.550
TOTAL A RECEBER BRUTO	4.773	4.982	9.755	3.987	4.929	8.916
Provisão para perda com créditos	(1.057)	(1.680)	(2.737)	(1.486)	(1.977)	(3.463)
TOTAL A RECEBER LÍQUIDO	3.716	3.302	7.018	2.501	2.952	5.453
(exceto Gás Incentivo)						
Gás Incentivado - Governo do Estado	71.272	-	71.272	61.350	-	61.350
Partes relacionadas						
(-) Conta retificadora PROGÁS	(71.272)		(71.272)			
TOTAL A RECEBER LÍQUIDO	3.716	3.302	7.018	63.851	2.952	66.803

Dos valores a receber, a vencer até 22 dias, no quadro a seguir, estão evidenciados os valores referentes a partes relacionadas (clientes pertencentes ao grupo Petrobras):

A política dos preços de venda de gás praticados com os clientes pertencentes ao grupo Petrobras são os mesmos praticados com os clientes não considerados como partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados das operações realizadas com a BR Distribuidora não diferem daqueles obtidos em transações efetuadas com clientes não pertencentes ao grupo.

a) Os valores em trânsito com Partes Relacionadas estão discriminados no quadro a seguir:

Partes Relacionadas - Contas a Receber			
Cliente	TIPO DE PRODUTO	31/12/13	31/12/12
BR Distribuidora - Petrbras	GÁS NATURAL VEICULAR	1.367	1.159
Governo do Estado do RN	GÁS NATURAL COMBUSTÍVEL	71.272	61.350
(-) Conta retificadora PROGÁS	GÁS NATURAL COMBUSTÍVEL	(71.272)	-
TOTAL		1.367	62.509

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

COMPOSIÇÃO DO PROGÁS

Composição do Período do Gás Incentivado		
Valor a receber do subsídio foi	31/12/13	31/12/12
Exercício 2004	4.819	4.819
Exercício 2005	1.392	1.392
Exercício 2006	2.566	2.566
Exercício 2007	1.712	1.712
Exercício 2008	6.930	6.930
Exercício 2009	6.984	6.984
Exercício 2010	13.148	13.148
Exercício 2011	13.824	13.824
Exercício 2012	9.975	9.975
Exercício 2013	9.922	-
TOTAL	71.272	61.350

PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Movimento de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.463
Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	75
(-) Reversão de Provisão	(167)
(-) Reconhecimento de Perda Definitiva	(635)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.736

7. TRIBUTOS A RECUPERAR - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE.

TRIBUTOS A RECUPERAR		
	31/12/13	31/12/12
ICMS NORMAL	-	2.680
ICMS IMOBILIZADO	-	8
Outros	1.200	71
Total a recuperar	1.200	2.759
Circulante	1.200	71
Não Circulante	-	2.688

A Companhia possuía registrado no Ativo Não Circulante, o valor de R\$ 2.688 mil, referente a crédito fiscal de ICMS incidente sobre as operações de aquisição de mercadoria destinada ao Ativo Imobilizado acumulado há vários exercícios. Todavia, nesse exercício, foi constituída uma provisão para perda dos referidos créditos com base no parecer n.º 164-2014 CAT-ICMS, de 09/09/2014, da Secretaria de Estado da Tributação do Rio Grande do Norte, que indeferiu o direito de utilização dos créditos escriturados em função do regime de substituição tributária ao qual a Potigás está submetida, o que impede que os mesmos sejam utilizados por não haver débitos do imposto a serem compensados, impedindo a prática do princípio da não cumulatividade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)
8. IMOBILIZADO, DIFERIDO E INTANGÍVEL.

Os valores estão apresentados por:

a) imobilizado

DESCRIÇÃO	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2013	VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2012	TAXA DE DEPRECIÇÃO
ATIVO IMOBILIZADO	2.683	(761)	1.922	1.675	
Terrenos	626	-	626	626	
Edificações	662	(106)	556	583	4%
Máq. Aparelhos e Equip.	254	(117)	137	159	10%
Hardwares	811	(330)	481	183	20%
Móveis e Utensílios	190	(106)	84	97	10%
Softwares	120	(94)	26	24	20%
Outros	8	(8)	-	-	20%
Obra em andamento	12		12	3	

b) diferido

DESCRIÇÃO	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2013	VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2012	TAXA DE DEPRECIÇÃO
ATIVO DIFERIDO	27	(27)	-	-	
Estudos Financeiros					
ampliação de rede	27	(27)	-	-	10%

c) intangível

DESCRIÇÃO	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2013	VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2012	TAXA DE DEPRECIÇÃO
ATIVO INTANGÍVEL	80.422	(41.113)	39.309	39.522	
Obras em andamento (1)	8.087	-	8.087	7.243	
Software	19	(9)	10	4	20%
Marcas e patentes	1	(1)	-	-	
Máquinas - concessão	57	(18)	39	45	10%
Instalações - concessão	70.396	(41.085)	29.311	30.185	10%
Estoques para obras (2)	1.862	-	1.862	2.045	

(1) Obras em Andamento referem-se em sua maioria à expansão da Rede de Distribuição de Gás Natural e Interligação de clientes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2013	SALDO EM 31/11/2012
OBRAS EM ANDAMENTO	8.087	7.243
RAMAIS EM CONSTRUÇÃO	423	190
REDE DE DISTRIBUICAO - GRANDE NATAL	4.335	3.242
REDE DE DISTRIBUICAO - MOSSORO	725	383
REDE DE DISTRIBUICAO - MACAIBA	-	8
SISTEMA DE ODORIZACAO	1.079	1.070
SISTEMA DE OPERACAO E CONTROLE	1.526	2.350

(2) Os Estoques para Obras correspondem a itens que serão utilizados na execução das obras de infraestrutura de expansão da Rede de Distribuição, na interligação de clientes e do sistema de operação e controle:

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2013	SALDO EM 31/11/2012
ESTOQUE PARA OBRAS	1.862	2.045
PECAS E EQUIPAMENTOS P/CONSTRUCAO	1.759	2.171
ESTOQUE EM PODER DE TERCEIROS - WOG (1)	-	82
ESTOQUE - VIPETRO	99	165
ESTOQUE TELVENT	4	5
(-) PROVISAO P/PERDAS DE PECAS E EQUIP. P/CONSTR.	-	(378)

- a) Em 2012 havia saldo de R\$ 82 mil referente aos Tubos de Aço Carbono “6” enviados para reparo em 29 de dezembro de 2006 à empresa responsável pela venda dos tubos à Potigás. Os mesmos não retornaram do reparo e a companhia entrou com um processo judicial de nº 001.09.009629-1, tramitando na 17ª vara cível na comarca de Natal, o qual se encontrava em execução de sentença, para recebimento dos bens. Um acordo foi celebrado entre as partes para o pagamento do valor histórico dos tubos em 12 vezes pela WOG gerando o arquivamento do processo. Porém, após o pagamento da terceira parcela em 2013 a empresa deixou de efetuar os pagamentos seguintes descumprindo o acordo. A assessoria jurídica da Potigás entrou com um novo processo de nº 0009629-51.2009.8.20.0001, em 30/10/2013, tramitando na 17ª vara cível de Natal para solicitar a execução do acordo não cumprido.
- b) Até 30 de novembro de 2013, havia uma provisão para perdas de peças e equipamentos para construção, constituída em 31 de dezembro de 2007, em função da diferença verificada com o levantamento de inventário realizado na época. Como não há nenhuma probabilidade de que os estoques sejam recompostos, com base na orientação da auditoria esses valores foram baixados da contabilidade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

Mapa de movimentação do ativo imobilizado.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2012	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIA ENTRE CONTAS	SALDO EM 31/12/2013
ATIVO IMOBILIZADO	2.324	399	(40)	-	2.683
TERRENOS	626	-	-	-	626
EDIFICACOES	662	-	-	-	662
MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS	264	7	(17)	-	254
HARDWARES	460	369	(18)	-	811
MOVEIS E UTENSILIOS	189	6	(5)	-	190
SOFTWARES	112	8	-	-	120
OBRAS EM ANDAMENTO	3	9	-	-	12
OUTROS	8	-	-	-	8
(-) DEPRECIÇÃO	(649)	(147)	35	-	(761)
EDIFICACOES	(79)	(27)	-	-	(106)
MAQUINAS, APARELHOS E EQU	(105)	(26)	14	-	(117)
HARDWARES	(277)	(70)	17	-	(330)
MOVEIS E UTENSILIOS	(92)	(18)	4	-	(106)
SOFTWARES	(88)	(6)	-	-	(94)
OUTROS	(8)	-	-	-	(8)
TOTAL	1.675	252	(5)	-	1.922

Mapa de movimentação do ativo intangível.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2012	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIA ENTRE CONTAS	SALDO EM 31/12/2013
ATIVO INTANGÍVEL	74.898	14.321	(8.797)	-	80.422
SOFTWARE	9	10	-	-	19
MAQUINAS - CONCESSAO	57	-	-	-	57
INSTALACOES - CONCESSAO	65.543	5.284	(431)	-	70.396
OBRAS EM ANDAMENTO	7.243	7.016	(6.172)	-	8.087
ESTOQUE P/OBRAS	2.045	2.011	(2.194)	-	1.862
OUTROS	1	-	-	-	1
(-) AMORTIZAÇÃO	(35.376)	(5.737)	-	-	(41.113)
SOFTWARE	(5)	(4)	-	-	(9)
MAQUINAS - CONCESSAO	(12)	(6)	-	-	(18)
INSTALACOES - CONCESSAO	(35.358)	(5.727)	-	-	(41.085)
OUTROS	(1)	(0)	-	-	(1)
TOTAL	39.522	8.584	(8.797)	-	39.309

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)
9. FORNECEDORES - TERCEIROS

Os valores a pagar estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2013	SALDO EM 31/11/2012
MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	393	143
SERVIÇOS	970	1.005
TOTAL	1.363	1.148

(a) os serviços são obrigações representadas, em sua maioria, por valores a serem liquidados junto às empresas terceirizadas responsáveis pelos serviços de manutenção e construção da infraestrutura da rede de distribuição de gás da Companhia.

(b) existe um saldo a pagar da AMAFI Tecnologia e Construções de R\$ 7 e AMAFI Comercial e Construtora de R\$ 31 que foi retido e está sendo liquidado através do pagamento de ações trabalhistas movidas contra essas empresas.

10. PARTES RELACIONADAS - SALDOS E OPERAÇÕES.

As transações mercantis com a Petrobras, único fornecedor do insumo principal da atividade da empresa - Gás Natural, empresa ligada, são realizadas de acordo com os preços praticados no mercado e efetuadas em condições normais de mercado.

PARTES RELACIONADAS	SALDO EM 31/12/2013	SALDO EM 31/11/2012
FORNECEDORES		
Petróleo Brasileiro S/A	5.748	5.091
Petróleo Brasileiro S/A - Gás Incentivado (1)	71.272	61.350
Petrobras transporte S/A - TRANSPETRO (2)	-	133
(-) Conta retificadora PROGÁS (3)	(71.272)	-
TOTAL	5.748	66.575

(1) os saldos de Gás Incentivado correspondem aos valores glosados pela Potigás, referentes ao programa de incentivo de redução do preço do gás oferecido às indústrias do Rio Grande do Norte através do Governo do Estado. Os montantes cobrados pela Petrobras à Potigás são compensados através de contrapartidas oferecidas pelo Governo do Estado à Petrobras, previstas no contrato de subvenção econômica. Os valores glosados dos montantes cobrados pela Petrobras eram calculados com base em um percentual fixo de 48,77%. Essa metodologia foi descontinuada a partir de janeiro de 2014 conforme descrito na nota explicativa nº 22.

(2) a Petrobras Transporte S/A - Transpetro foi responsável pelo serviço de odorização do gás até dezembro de 2012. A partir de janeiro de 2013, esse procedimento passou a ser realizado pela própria Potigás.

(3) nesse exercício, os saldos da conta Petróleo Brasileiro S/A - Gás Incentivado, que estavam classificados no Curto Prazo até 31/12/2012, foram reclassificados para o Longo Prazo face ao prazo de sua realização, bem como, foram retificados conforme decisão da Diretoria Executiva da Potigás segundo entendimentos descritos na letra I) da nota explicativa n.º 2. Em conformidade com a interpretação do Art. 13, I e II do Decreto Estadual nº 13.957 de 11/05/1998.

Contratos de Compra de Gás Natural.

Em dezembro de 2010, foram firmados entre a Potigás e a Petrobras dois novos Contratos de Compra e Venda de Gás Natural - Contrato Firme e Inflexível e Contrato Interruptível B - com compromisso das quantidades a serem compradas, metodologia do preço do gás, faturamento, forma e garantias de pagamento, prazo e penalidades por retirada maior e a menor que a programada, conforme quadros a seguir:

Em 2013 foi celebrado o aditivo 1 (um) do CONTRATO FIRME INFLEXÍVEL, que durante o seu prazo de vigência, terá a Quantidade Diária Contratual (QDC) estabelecida conforme a tabela abaixo em mil m³/dia (Metros Cúbicos por Dia) nas Condições de Referência.

ANO	QDC (mil m ³ /dia)
2010	250
2011	250
2012	255
2013	260
2014	230
2015	235

Durante o prazo de vigência do presente CONTRATO INTERRUPTÍVEL B, a Quantidade Diária Contratual (QDC) será estipulada conforme a tabela abaixo, em mil m³/dia (Metros Cúbicos por Dia) nas Condições de Referência.

ANO	QDC (mil m ³ /dia)
2010	150
2011	150
2012	145
2013	140
2014	135
2015	130

Em ambos os contratos, a Companhia tem a disposição uma quantidade de gás natural da ordem de 400 mil m³/dia até o final da vigência em 2015.

A Potigás está sujeita às penalidades contratuais mensalmente, caso o volume de compras seja inferior a 80% (oitenta por cento) deste compromisso, e anualmente, caso o volume de compras seja inferior a 90% (noventa por cento) da média da quantidade diária contratada, desconsiderando os períodos relacionados a casos fortuitos ou força maior. Além destas duas, há outra penalidade por falha de programação diária. Nesta, dez dias antes do início do mês, uma programação de retirada diária é enviada para a Petrobras e cuja penalidade é aplicada ao que exceder uma margem de 10% a maior e 10% a menor, podendo gerar Penalidade a Maior e a Menor, respectivamente. Contratualmente, as penalidades citadas são passíveis de recuperação, exceto esta gerada por falha de programação.

As referidas penalidades contratuais são determinadas com base na multiplicação da quantidade apurada pelo preço do gás no último dia do mês ou ano, para penalidade mensal ou anual respectivamente, acrescido dos tributos aplicáveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital Social

O Capital Social é de R\$ 38.370.153,35 milhões, sendo composto por 4.245.000 ações sem valor nominal, das quais: 1.415.000 são ações ordinárias e 2.830.000 são ações preferenciais, todas de classe única. O Capital Autorizado é de 12.600.000 ações, mantendo sempre a proporção de 1/3 do Capital representado pelas Ações Ordinárias e 2/3 pelas Ações Preferenciais. As Ações Preferenciais são nominativas, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam da prioridade no recebimento dos Dividendos e no reembolso do Capital em caso de liquidação da Companhia, compondo-se conforme quadro abaixo:

CAPITAL SOCIAL	ORDINÁRIAS	%	PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%	Capital Social (em milhares de reais)
ACIONISTAS							
Estado do Rio Grande do Norte	721.650	51%	-	0%	721.650	17%	6.523
Petrobras Gás S/A - Gaspetro	693.350	49%	2.830.000	100%	3.523.350	83%	31.848
TOTAL	1.415.000	100%	2.830.000	100%	4.245.000	100%	38.371

(*) Valores do Capital Social estão apresentados em milhares de reais

b) Reserva de Lucro.
(b.1) Reserva Legal

É constituída à base de 5% sobre o Lucro Líquido do Exercício, limitada a 20% do Capital Social.

(b.2) Reserva de Retenção de Lucros

A Lei 6.404/76 faculta às sociedades reterem parcela do Lucro Líquido do Exercício, prevista em Orçamento de Capital, previamente aprovado.

(b.3) Reserva de Incentivo Fiscal

Em 11 de agosto de 2000, foi expedida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (atual ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste) a Portaria DAÍ/ITE - 151/00, que concedeu a isenção do Imposto de Renda incidente sobre o Lucro da Exploração, no período de 1 de janeiro de 1997 até 31 de dezembro de 2006, da atividade de industrialização e distribuição de gás natural, objeto social da Companhia, na quantidade de 100.375.000 m³/ano.

Em 9 de setembro de 2004, a ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste expediu o Laudo Constitutivo, que concedeu a redução de 75% do Imposto de Renda incidente sobre o Lucro da Exploração, por um prazo de 9 anos, na quantidade de 59.625.000 m³/ano, referente à ampliação da capacidade instalada para 160.000.000 m³/ ano, a partir do exercício de 2005.

Em 30 de novembro de 2006, a ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste expediu o Laudo Constitutivo - nº 0269/2006, que concedeu a redução do Imposto de Renda incidente sobre o Lucro da Exploração na quantidade de 100.375.000 m³/ano, sobre sua capacidade instalada da seguinte forma:

a) 25,0%, a partir de 22 de março de 2006 até 31 de dezembro de 2008;

b) 12,5%, a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013.

Em setembro de 2013, foi homologado pela Receita Federal o Laudo Constitutivo nº 0079/2012, expedido pela ADENE, que concedeu a redução de 75% do Imposto de Renda incidente sobre o Lucro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

da Exploração sobre toda capacidade instalada. O benefício, que é retroativo a janeiro de 2012, foi recalculado e contabilizado como receita da subvenção em contrapartida da conta de Tributos a Recuperar.

c) Distribuição dos Lucros:

DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS	
LUCRO LÍQUIDO	4.452
(-) Reserva Legal 5%	(223)
LUCRO APÓS RESERVA LEGAL	4.229
(-) Reserva de Incentivos Fiscais	(2.056)
Dividendos mínimos obrigatórios 25 % (c.1)	(543)
GOVERNO DO ESTADO 17%	92
GASPETRO S/A 83%	451
LUCRO APÓS RES. LEGAL E DIV. OBRIG.	1.630
(-) Reserva de Retenção de Lucros	(1.630)

(c.1) O Estatuto Social determina a distribuição de um Dividendo Mínimo de 25% do Lucro Líquido Ajustado na forma da Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202.

13. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS.

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
RECEITA BRUTA	158.228	156.734
Gás Natural Combustível	94.057	88.728
GNC RESIDENCIAL	694	317
GNC INDUSTRIAL	81.509	78.246
GNC CO-GERACAO	204	289
GNC COMERCIAL	1.937	1.569
GNC COMPRIMIDO	9.713	8.307
Gás Natural Veicular	64.171	68.006
DEDUÇÕES DA RECEITA	(45.127)	(46.040)
(-) Gás Natural Combustível	(22.882)	(21.888)
(-) DEVOLUÇÕES (1)	(8)	-
(-) ICMS	(14.176)	(13.681)
(-) PIS	(1.552)	(1.464)
(-) COFINS	(7.146)	(6.743)
(-) Gás Natural Veicular	(22.245)	(24.152)
(-) DEVOLUÇÕES (1)	(17)	-
(-) ICMS	(16.292)	(17.862)
(-) PIS	(1.059)	(1.122)
(-) COFINS	(4.877)	(5.168)
RECEITA LÍQUIDA	113.101	110.694

(1) as devoluções são provenientes de erros fortuitos de medição onde o cliente foi faturado a maior. Nesses casos são emitidas notas fiscais de devolução para regularização contábil e fiscal da operação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

14. CUSTO DO PRODUTO VENDIDO.

Os custos estão discriminados no quadro a seguir:

(a) quando ocorridas, as perdas originadas do fornecimento de gás aos clientes da Companhia são computadas como custo da atividade obedecendo aos limites estipulados na Portaria ANP INMETRO 001/2000, especificando na cláusula 7.1.10: “Que os sistemas de medição fiscal de Gás devem ser projetados, calibrados e operados de forma que a incerteza seja inferior a 1,5%”.

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
Custo do Produto Vendido	96.612	95.515
Gás Natural Combustível	57.690	55.743
Comprade Combustível	52.129	50.756
Outros Custos (1)	5.561	4.987
Gás Natural Veicular	38.922	39.772
Comprade GNV	35.089	35.765
Outros Custos(1)	3.833	4.008

(1) outros custos são compostos pela amortização da infraestrutura dos gasodutos, odorização do gás, medição, calibração de instrumentos, bem como a mão de obra interna e os gastos com serviços e materiais destinados a operação e manutenção dos gasodutos, que visam garantir o fornecimento contínuo do gás natural.

15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS.

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
Despesas Gerais e Administrativas	9.410	9.818
Despesas com Pessoal	5.457	5.099
Diretoria	713	662
Conselheiros	228	220
Colaboradores	6.053	5.537
Estagiários	94	81
Aprendizes	29	51
Transferência para Custos de O&M (1)	(716)	(789)
Transferência para Custos Obras em Andamento (1)	(944)	(663)
Despesas com Materiais	86	111
Material de Consumo	74	89
Material para Manutenção	12	22
Serviços de Terceiros	1.006	1.148
Serviços de Assessoria	276	366
Serviços de Manutenção	155	184
Serviços de utilidades	196	212
Serviços Gerais	379	386
Aluguéis	513	541
Imóveis	266	248
Veículos	231	251
Outros	16	42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em milhares de Reais)

Viagens	187	376
Viagens e Representações	181	342
Viagens para Treinamentos	6	34
Propaganda e Publicidade	1.063	462
Inserções Publicitárias (2)	522	58
Conversões e Adaptações em Rede Interna	283	195
Patrocínio Institucional	143	121
Outros	115	88
Despesas Gerais	1.098	2.081
Entidades de Classe	152	112
Seguros	165	174
Contingências (3)	340	1.326
Depreciação, Amortização e Exaustão	156	127
Outros	285	342

(1) Houve um aumento considerável nas despesas com inserções publicitárias provenientes da campanha “Tô no Gás”, cujo objetivo, era incentivar o consumo de GNV no Estado com enfoque no consumidor final.

(2) As provisões para contingência estão discriminadas na nota explicativa nº 20.

16. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro da Companhia é demonstrado no quadro abaixo:

RESULTADO FINANCEIRO	31/12/2013	31/12/2012
Resultado Financeiro	1.326	1.822
Receita Financeira	1.428	1.876
Receitas com Aplicações Financeiras	331	460
Receitas com Clientes	972	959
Receitas com Fornecedores	113	457
Outros	12	-
(-) Despesas Financeiras	(102)	(54)
(-) Empréstimos e financiamentos	-	(18)
(-) Despesas com Clientes	(64)	(11)
(-) Despesas com Fornecedores	(37)	(16)
(-) Outros	(1)	(9)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

17. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS.

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(2.798)	262
Outras Receitas Operacionais	6.843	7.026
Recuperação de Créditos c/ Clientes	167	527
Penalidade Contratual - Take or Pay	161	-
Penalidade Contratual - Erro de Programação	64	-
Receita da Subvenção - IRPJ - SUDENE	-	475
Receitas dos Serviços de Construção (1)	6.181	5.974
Outros	270	50
(-) Outras Despesas Operacionais	(9.641)	(6.764)
(-) Perdas nos Recebimentos de Créditos	(75)	(499)
(-) Despesa Penalidade Contratual - Take or Pay	(495)	(233)
(-) Despesa Penalidade Contratual - Erro de Programação	(108)	-
(-) Custos dos Serviços de Construção	(6.181)	(5.974)
(-) Perdas de Estoque	(83)	(9)
(-) Outros	(2.699)	(49)

(1) Em atendimento à NBC TG 07 (R1), na Demonstração do Resultado do Exercício de 2013 a Receita de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 2.056 foi transferida da rubrica "Outras Receitas e Despesas Operacionais" para a linha específica sob o título de "Incentivos Fiscais. Os valores supracitados referem-se à homologação do direito, reconhecido pela Receita Federal, conforme nota 11 (b.3), da Potigás usufruir do benefício de redução de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, a partir de 01/01/2012, vigorando até 31/12/2021.

(2) A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção. A Potigás não tem a construção de gasodutos como atividade fim, nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para realização das obras. Desse modo, a construção se apresenta para a Potigás integralmente como um custo de colocação de ativos à disposição para distribuição de gás natural. A receita de construção foi apurada conforme determinação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, da Orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão, da NBC TG 17 (R1) - Contratos de Construção e da NBC TG 30 - Receitas. Os gastos incorridos no período para ampliação da rede são conhecidos, e os benefícios econômicos se evidenciam pelo direito que é concedido à concessionária (Potigás) de usufruir da infraestrutura construída para exploração de sua atividade, através da autorização que lhe é concedida, através do contrato de concessão, de cobrar os usuários desse serviço público, conforme item 17 do ICPC - 01 (R1).

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
Receita Operacional Líquida	0,00	0,00
Receitas dos Serviços de Construção	6.181	5.974
(-) Custos dos Serviços de Construção	(6.181)	(5.974)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)
18. COBERTURA DE SEGUROS.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía cobertura e seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do Ativo Imobilizado, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

19. CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS.

As declarações de rendimentos, assim como outros tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Entretanto, em 31 de dezembro de 2013, não se encontrava lavrado contra a Companhia nenhum auto de infração, nem indicações de contingências relacionadas com o Imposto de Renda e outros impostos.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS.

As provisões constituídas para riscos trabalhistas e cíveis no montante de R\$ 1.666 classificadas no passivo não circulante estão compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	1326	1.326
Constituição	352	1	353
Baixas/reversão	-	(15)	(15)
Atualização	0	2	2
Saldos em 31 de dezembro de 2013	352	1.314	1.666

A administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

a) trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empregadores envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

TRABALHISTAS	VALOR ATUALIZADO	INSTÂNCIA	EXPECTATIVA DE PERDA	VALOR PROVISIONADO	
				31/12/2013	31/12/2012
Ex-empregados da Companhia	44		POSSÍVEL	-	-
Empregados da Companhia	79		POSSÍVEL	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	451		POSSÍVEL	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	352		PROVÁVEL	352	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	926	-	-	352	-

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

b) cível:

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas jurídicas, envolvendo Lucros cessantes, repetição de Indébito e danos materiais e/ou danos morais.

CÍVEIS	VALOR ATUALIZADO	INSTÂNCIA	EXPECTATIVA DE PERDA	VALOR PROVISIONADO	
				31/12/2013	31/12/2012
Lucros cessantes	1.114		PROVÁVEL	1	1.112
Indenização por perdas	199		PROVÁVEL	-	199
Indenização por Dano Moral	80		POSSÍVEL	-	-
Repetição de Indébito	82		POSSÍVEL	-	-
Indenização por perdas	1		POSSÍVEL		
Outras	22		REMOTA		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.498	-	-	1	1.311

c) Ingresso de ação de cobrança judicial pela PETROBRAS:

Em 05/05/14 houve o ingresso por parte da PETROBRAS de Ação Ordinária de Cobrança cumulada com Resolução Contratual por Onerosidade Excessiva contra o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e a POTIGÁS, perante a 3ª. Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal/RN - Proc. n. 0804220-85.2014.8.20.0001, tendo por objeto a resolução do contrato de compra e venda de gás (PROGÁS) pela suposta existência de onerosidade excessiva para a PETROBRAS, bem como a condenação dos réus ao ressarcimento de R\$ 138.527 mil. A presente ação foi devidamente contestada pela POTIGÁS em 31/07/2014, e sua probabilidade de perda classificada como POSSÍVEL, conforme mencionado na nota explicativa n.º 22 - EVENTOS SUBSEQUENTES.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e também não efetua aplicações de caráter especulativo, seja derivativo ou quaisquer outros ativos de risco.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

O objetivo da presente nota é esclarecer fatos administrativos que ocorreram após o encerramento do exercício de 2013, relacionados à implantação, a partir de 01/01/2014, de uma nova forma de operacionalização das subvenções governamentais relativas ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo de Gás Natural – PROGÁS, em observância ao limite orçamentário-financeiro do benefício do Progás estabelecido pelo Decreto Estadual n° 24.069, de 17/12/2013.

a) Objetivo do Programa:

O PROGÁS é regido pela Lei nº 7.059, de 18 de setembro de 1997, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento industrial do Rio Grande do Norte, assegurando o fornecimento de gás natural a preço subsidiado, a empresas consideradas prioritárias ao desenvolvimento do Estado.

O incentivo consiste na concessão de subsídio no preço de venda de gás às empresas enquadradas no PROGAS, por meio da aplicação da Lei Complementar Estadual nº 272, de 3 de março de 2004, que

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

permite o abatimento de 81% do valor devido pelo fornecedor de gás natural a título de licenças ambientais.

b) Operacionalização do Programa

Os valores contabilizados no grupo do passivo, na conta Fornecedores PETROLEO BRASILEIRO S/A - GAS INCENTIVADO, correspondem aos valores retidos pela POTIGÁS das faturas emitidas pela PETROBRAS S/A, provenientes das aquisições de gás incentivado referentes ao contrato de compra e venda de gás natural celebrado entre a PETROBRAS S/A e a POTIGÁS, com a interveniência do Estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de destinar o gás adquirido às empresas beneficiárias do PROGÁS. Os valores contabilizados no grupo do Ativo, Contas a receber ESTADO DO RN - GÁS INCENTIVADO, referem-se aos mesmos montantes, descritos anteriormente, a serem compensados através das contrapartidas oferecidas pelo Estado à PETROBRAS, para compensação das retenções registradas no passivo da POTIGÁS, conforme o previsto no contrato de subvenção econômica.

Desde o início da operacionalização do PROGÁS os valores retidos dos montantes cobrados pela Petrobras vinham sendo calculados com base em um percentual fixo de 48,77%. Desta forma, a diferença retida junto à Petrobras era contabilizada como receita complementar contra o Governo do Estado, passando a figurar no Ativo da Companhia como um direito a receber junto ao poder concedente. Este direito se realizava na medida em que o Estado do RN concedia os descontos nas licenças ambientais à PETROBRAS S/A, que por sua vez, abatia esses valores do seu contas a receber contra a Potigás, proveniente das aquisições de gás incentivado. Durante os períodos anteriores, os valores disponibilizados pelo Governo do Estado como contrapartidas eram insuficientes para cobrir as retenções realizadas proporcionando o aumento da dívida.

Em 2013 houve a emissão do Decreto nº 24.069, de 17/12/2013, que estabeleceu o limite máximo do benefício a ser concedido às indústrias no âmbito do PROGÁS para o exercício orçamentário-financeiro de 2014 em R\$ 24.910.150,05. Este processo levou à interpretação de que o percentual a ser retido na fatura da Petrobras seria variável, em correspondência ao volume e valores efetivamente consumidos por cada cliente individualmente, ou seja, os valores repassados no PROGÁS correspondiam a um percentual menor daquele utilizado, ao longo dos anos, como retenção das Notas Fiscais da Petrobras (48,77%). Assim, a partir de 01/01/2014 foi iniciada uma nova forma de operacionalização de controle, faturamento, cobrança e contabilização das subvenções governamentais relativas ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo de Gás Natural - PROGÁS.

c) Impactos da nova forma de operacionalização do PROGÁS:

Como a forma de operacionalização iniciada em 01/01/2014 implicava em maiores dispêndios pela POTIGÁS na aquisição de gás natural junto à PETROBRAS e na diminuição da Receita Bruta praticada, que poderia levar a um desequilíbrio econômico financeiro da Companhia, a Diretoria Executiva preparou um estudo desses impactos que foi encaminhado a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte - ARSEP no dia 26/02/2014, com pedido de recomposição da margem. Por meio da Resolução nº 002, de 25/04/2014, publicada no DOE-RN de 26/04/2014, a ARSEP homologou as novas tarifas de fornecimento de gás canalizado, distribuído pela Potigás, com efeito, a partir de 01/05/2014, restabelecendo a margem e as condições econômicas, financeiras e de investimento aos patamares anteriores a 01/01/2014.

d) Contratação de Auditoria Independente para avaliação das metodologias do Progás

Em 28/05/2014, a Diretoria Executiva da POTIGÁS, em sua 183ª reunião, deliberou que fosse realizada a contratação de uma Auditoria Independente, por intermédio do respectivo procedimento licitatório, para avaliar a empregabilidade e impactos das metodologias de cálculo do Programa de Apoio ao

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

Desenvolvimento Industrial pelo incentivo do Gás Natural – PROGÁS da metodologia vigente até 31/12/13, assim como da nova metodologia implementada, a partir de 01/01/2014.

Em 16/06/2014, o Conselho de Administração da POTIGÁS, em sua 102ª reunião, formalizou conhecimento da informação prestada pela Diretoria Executiva da POTIGÁS sobre a mudança de metodologia de cálculo do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo incentivo do Gás Natural – PROGÁS, bem como dos impactos detectados até o momento e das ações tomadas, e deliberou por encaminhar a alteração da metodologia de cálculo para conhecimento e deliberação dos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária.

Em 07/11/2014, os Acionistas da POTIGÁS, durante a 62ª Assembleia Geral Extraordinária, formalizaram conhecimento da informação prestada pelo Conselho de Administração da POTIGÁS e deliberaram pelo retorno da matéria para apreciação da Assembleia Geral após a conclusão do trabalho da Auditoria Independente contratada pela Companhia para avaliar a empregabilidade e impactos da metodologia de cálculo do PROGÁS, vigente até 2013, assim como da nova metodologia implementada a partir de 01/01/2014.

Em 18/05/2015 a POTIGÁS assinou o contrato com a BDO RCS Auditores Independentes S/S, para realização dos serviços de auditoria específica do PROGÁS. O Objeto da contratação da auditoria foi o exame das metodologias de operacionalização do PROGÁS adotadas pela POTIGÁS a partir de janeiro de 2004, inclusive sob seus aspectos financeiros e contábeis, consoante à aplicação da Lei do PROGÁS, dos Contratos de Compra e venda de Gás Incentivado, do Contrato de Subvenção Econômica, do Regulamento do PROGÁS, dos Decretos Estaduais relacionados à operacionalização do PROGÁS, e seus respectivos aditivos e complementos, bem como opinar sobre a metodologia mais aderente aos contratos e regulamentos descritos anteriormente e realizar o levantamento das diferenças financeiras relacionadas à aplicabilidade da nova metodologia retroativamente ao período de janeiro de 2004 a dezembro de 2013, sem imputar eventuais responsabilidades legais no processo de formação da dívida do Progás referente as partes relacionadas, PETROBRÁS e o Governo do Rio Grande do Norte.

e) Ingresso de ação de cobrança judicial pela PETROBRAS

Em 05/05/14 houve o ingresso por parte da PETROBRAS de Ação Ordinária de Cobrança cumulada com Resolução Contratual por Onerosidade Excessiva contra o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e a POTIGÁS, perante a 3ª. Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal/RN - Proc. n. 0804220-85.2014.8.20.0001, tendo por objeto a resolução do contrato de compra e venda de gás (PROGÁS), pela suposta existência de onerosidade excessiva para a PETROBRAS, bem como a condenação dos réus ao ressarcimento de R\$ 138.527 mil. Este montante corresponde ao valor da dívida atualizada, referente ao período de maio de 2004 a abril de 2014, cujo valor histórico corresponde ao montante de R\$ 72.466 mil consoante os Anexos 6, 7 e 8 da referida Ação Judicial. Os valores totais da dívida contabilizada até 31/12/13, somam R\$ 71.272 mil, conforme as notas explicativas nº 6 e nº10, referentes às Partes Relacionadas, Estado do Rio Grande do Norte e PETROBRAS, constantes dessas Demonstrações.

A presente ação foi devidamente contestada pela POTIGÁS em 31/07/2014, bem como pelo Governo do Estado do RN, em 01/09/14, onde foram pleiteados a aplicação da prescrição quinquenal, nos termos da Lei nº 9494/97, art. 1. C, o chamamento para integrar a lide em seu polo passivo do IDEMA-RN e GASPETRO, a realização de perícia contábil e o julgamento pela sua total improcedência.

O parecer da assessoria jurídica sobre esse processo está informado no item “h” desta nota.

f) Aditivo Contratual do PROGÁS:

Em 30 de abril de 2015 foi celebrado o Aditivo contratual nº 2 entre a PETROBRAS, POTIGÁS e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, prorrogando o PROGÁS até 31/07/2015 não tendo sido gerado acúmulo de dívida durante o período de vigência deste termo aditivo. Contudo, ao final desse prazo, não houve a renovação do PROGÁS diante das dificuldades em se negociar um novo contrato com a Petrobras. O Estado busca alternativas para garantir o incentivo às indústrias através de um novo programa de incentivo.

g) Conclusão da Auditoria independente do PROGÁS:

Em 15 de março de 2016 a empresa de Auditoria contratada, a BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES – SOCIEDADE SIMPLES concluiu os trabalhos de auditoria específicos do PROGÁS chegando à conclusão de que a metodologia mais adequada, em seus aspectos financeiros e econômicos, era a adotada no período de 01 de janeiro de 2014 a 30 de abril de 2015, sendo necessário um ajuste na forma de registro das retenções nas faturas da Petrobras, que leve em consideração as contrapartidas oferecidas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte (licenças ambientais concedidas pelo IDEMA), e recomenda que a POTIGÁS registre em seu Balanço Patrimonial, uma recomposição dos saldos das contas Fornecedores PETROBRAS em contrapartida ao Contas a receber – Governo do Estado do RN em 31/12/2014, das baixas efetuadas no passivo da PETROBRAS sem que houvesse a confirmação de recebimento por parte da PETROBRAS das contrapartidas efetivamente concedidas pelo IDEMA. O valor desta recomposição será conciliado com a Área de Finanças da PETROBRAS para reconhecimento em 2014.

Entende a Administração da Potigás que a recomposição acima, em que pese ser fruto de contrapartidas que fruiriam diretamente do Estado do Rio Grande do Norte para a Petrobras e que não geram efeito no resultado ou desequilíbrio econômico financeiro para a companhia, permite uma melhor evidenciação e controle dos saldos patrimoniais do Progás.

Concluiu ainda, que para a realização dos saldos contábeis, registradas no passivo conta Fornecedores PETROLEO BRASILEIRO S/A - GAS INCENTIVADO, tendo como Contas a receber ESTADO DO RN - GÁS INCENTIVADO) será necessária a concessão de R\$ 71.272 mil (acumuladas até 31 de dezembro de 2013) em licenças ambientais pelo IDEMA, ou outro tipo de contrapartida a ser oferecida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte à PETROBRAS. Sugerem ainda os auditores que no caso da diferença de R\$ 38.598mil, levantada ao replicar a metodologia considerada mais adequada retroativamente ao período de janeiro de 2004 a dezembro de 2013, apurada entre os valores registrados como receita complementar e como retenção nas faturas da Petrobras, em relação aos descontos concedidos aos clientes, seja considerada como receita registrada a maior e a responsabilidade legal seja atribuída à POTIGAS, o montante de licenças ambientais a serem concedidas pelo IDEMA, ou outro tipo de contrapartida a ser oferecida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte passará a ser de R\$ 32.674 mil resultante da diferença entre o valor histórico da suposta dívida acumulada em 31/12/2013 (R\$ 71.272 mil) e o valor levantado pela BDO (R\$38.598 mil).

Caso a Potigás seja levada a reconhecer, por força de decisão judicial e/ou decisão de seus acionistas, parte da pretensa dívida no seu Balanço Patrimonial, os impactos econômicos e financeiros decorrentes deste reconhecimento tornarão a Companhia insolvente comprometendo a sua continuidade.

h) Parecer da Assessoria Jurídica da Potigás

Informamos que a Assessoria Jurídica da Potigás classifica como possível a perda da ação movida pela PETROBRAS S/A em desfavor do Estado do Rio Grande do Norte e da POTIGÁS, por meio do Processo Judicial n.º 0804220-85.2014.8.20.0001 da 3.ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal/RN, pelo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

fato da matéria encontrar-se “sub judice”, e não recomenda que seja efetuado no passivo da Companhia lançamento contábil de eventual saldo devedor, que poderá ensejar, em última análise, o reconhecimento da POTIGÁS por um débito que na disputa judicial ela não reconhece.

No tocante às conclusões da auditoria conduzida pela BDO, entende a Administração da POTIGÁS de que o valor mencionado pela referida auditoria já está incluído no objeto da disputa judicial em comento, permanecendo, desta forma, opinião equivalente quanto ao não registro contábil dos ajustes decorrentes do reconhecimento de suposta dívida gerada por diferença de metodologia apontada no relatório da BDO.

23. OUTROS ASSUNTOS

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2015 com a opção de antecipação de seus efeitos para o exercício de 2014, que, dentre outras interpretações:

Modifica a legislação tributária relativa ao Imposto a sobre Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; Revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e Dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, e tendo em vista as diversas discussões e incertezas ainda existentes no mercado acerca da interpretação das disposições supracitadas, a Administração da empresa ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada. Mesmo não concluindo se irá ou não fazer a adoção da MP 627 a Administração elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da companhia.

Carlos Alberto Borges Trindade Santos
Diretor Presidente

Paulo Sérgio de Sá Campos
Diretor Administrativo Financeiro

José Ricardo Ferreira Bezerra
Diretor Técnico Comercial

Jairo César Dourado Pinto
Contador CRC/RN-006872/O-7